



Vista del Monasterio de Santa María de las Cuevas de Sevilla. José Manuel Santos Madrid. Fondo Gráfico IAPH

Antologia de Ensaio

Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes

VII – Seminário de investigação, ensino e difusão

Antologia de Ensaaios

**LABORATORIO COLABORATIVO: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes.
VII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão**

Comissão Científica

Alexandre Nobre Pais (MNAz)
Ana Barata (Biblioteca de Arte – FCG)
Blanca del Espino Hidalgo (IAPH)
Carmen Díez Medina (EINA / UNIZAR)
Carolina Pescatori (PPGFAU-UnB)
Eduardo Mosquera-Adell (HUM700/US)
Emília Ferreira (MNAC; IHA/FCSH/NOVA)
Javier Monclús (EINA / UNIZAR)
João Branco Pedro (LNEC)
José Luís Saldanha (DINÂMIA'CET-ISCTE / Iscte- Instituto Universitário de Lisboa)
Luiz Antonio Nigro Falcowski (UFSCar)
Margarida Brito Alves (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Maria Fernanda Derntl (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP)
María Teresa Perez Cano (HUM700/US)
Messiaoud Aiche (Université de Constantine)
Miguel Reimão Costa (CEAAC/UA)g)
Paula André (DINÂMIA'CET-ISCTE / Iscte- Instituto Universitário de Lisboa)
Paula Ribeiro Lobo (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)
Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UE)
Raimundo Bambó Naya (EINA / UNIZAR)
Rodrigo Santos de Faria (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Sérgio Barreiros Proença (CIAUD/FAUL)

Coordenação editorial

Paula André (DINÂMIA'CET-ISCTE / Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Apoio técnico e difusão

Mariana Leite Braga (DINÂMIA'CET-ISCTE)

Edição

DINÂMIA'CET-ISCTE
Outubro de 2021

ISBN

978-989-781-546-1

Fotografia na capa

Vista del Monasterio de Santa María de las Cuevas de Sevilla. José Manuel Santos
Madrid. Fondo Gráfico IAPH

Índice

p. 1

Cultivar o Pensamento Critico

Alexandre Nobre Pais
João Branco Pedro
Margarida Brito Alves
Maria Leonor Botelho
Miguel Reimão Costa
Paula André
Paulo Simões Rodrigues
Raimundo Bambó Naya
Rodrigo de Faria
Sérgio Barreiros Proença

p. 2

Una institución al servicio del patrimonio cultural desde Andalucía

Juan José Primo Jurado

p. 3

Una esperanzadora mirada al futuro

Blanca del Espino Hidalgo
María Teresa Pérez Cano

p. 4

Do Desenho Sentimental à “Platea Urbs”

Stefani Mihaela Roman
Paula André
José Luís Possolo de Saldanha

p. 24

Dinâmicas espaciais nas antigas estradas de acesso a Lisboa: o Largo do Rato e o Campo das Cebolas

Carla Duarte
Paula André

p. 45

Caminhabilidade na cidade contemporânea: a requalificação do Paseo Independencia, Zaragoza, ES.

Liliane Torres de Oliveira
Raimundo Bambó Naya
Luiz Antonio Nigro Falcoski

p. 63

Do footing à boemia: a construção histórica da paisagem noturna do centro de Goiânia, Brasil

Havania Silva Soares
Carolina Pescatori

p. 85

Dibujando el rito urbano. Gestos y movimientos em el espacio público de Sevilla

Javier Navarro de Pablos
Maria Teresa Perez Cano

p. 102

Type, limit and elements of streets by the sea

Francesca Dal Cin
Sergio Barreiros Proença

p. 118

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA e o Estado do Amazonas: mudanças e continuidades no ocidente amazônico (1953 e 1966)

Marcílio de Oliveira Sudério
Rodrigo Santos de Faria

p. 136

Grupo Z-7. Una propuesta de renovación de la arquitectura a través del trabajo colectivo.

Juan Carlos Salas
Raimundo Bambó Naya

p. 154

A Rua da Selaria de Évora à entrada do século XVI: estruturas habitacionais e equipamentos domésticos

Silvana Vieira de Sousa
Paulo Simões Rodrigues

p. 166

Autour de la maison kabyle: préceptes et évolutions

Zoulikha Ait-Lhadj
Messaoud Aiche
Miguel Reimão Costa

p. 182

O palácio do Catetinho em Brasília: patrimônio, documentação e atualização

Daniela Pereira Barbosa
Maria Fernanda Derntl

p. 196

Património Cultural e Direitos Humanos: Primeiras Considerações

Inês de Carvalho Costa

Maria Leonor Botelho

p. 208

Reabilitação de património urbano e arquitectónico nas últimas décadas do século XX: da teoria aos princípios técnico-práticos

Marta Vicente

Paula André

João Branco Pedro

p. 224

La digitalización de la experiencia museística: la incorporación del discurso arquitectónico

Clara Mosquera Pérez

Eduardo Mosquera-Adell

p. 244

Memento Mori. Os Emblemas do Iconógrafo António de Sousa de Macedo para o Oratório de Jesus.

Celso Mangucci

Paulo Simões Rodrigues

p. 268

Dobras do eterno presente: o painel de Vieira da Silva na Universidade Rural (1943)

Helio Herbst

Paula André

p. 292

Memória, espaço público e restos do passado no presente segundo Paulo Mendes

Inês Grincho Rego

Paula Ribeiro Lobo

p. 303

Tatuagens da cidade. Expressões contemporâneas do azulejo em espaço público

Marluci Menezes

Alexandre Nobre Pais

p. 313

Notas curriculares

Cultivar o Pensamento Crítico

Numa articulação entre o Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (DINÂMIA'CET-Iscte), a Universidade de Évora (CHAIA), a FCSH-Universidade NOVA de Lisboa (IHA), a Universidade do Algarve (CEAACP), a Universidade do Porto (CITCEM), a Universidad de Sevilla (HUM700), a Universidade de Brasília (GPHUC-FAU-UnB/CNPq), a Universidade de Lisboa (CIAUD), a Universidad de Zaragoza (EINA/UNIZAR), o Museu Nacional do Azulejo (MNAz) e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) o *Laboratório Colaborativo: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes, VII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão* apresenta investigações (Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento em curso ou terminadas) das Universidades, Departamentos e Centros de Investigação envolvidos e centradas nas áreas das dinâmicas urbanas, do património e das artes.

Em tempos de ameaça à democracia – e, para alguns autores, até de pós-democracia (Colin Crouch) –, vivendo na circunstância dos constrangimentos, enfrentando os impactos causados no meio ambiente da nova idade geológica, em que novos comportamentos têm implicações espaciais, a compreensão e o debate enquanto base do projecto para a construção do conhecimento são mais necessárias do que nunca. Reunindo investigadores de vários países, numa rede de saberes estruturada em torno do diálogo, o Laboratório Colaborativo estimula a troca de referências, experiências e a socialização de inquietações.

A presente *Antologia de Ensaios*, editada em acesso aberto no Repositório do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, reúne os textos das comunicações apresentadas no VII Seminário do Laboratório Colaborativo com o objectivo de cultivar o pensamento crítico.

Alexandre Nobre Pais (MNAz)

João Branco Pedro (LNEC)

Margarida Brito Alves (IHA, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP)

Miguel Reimão Costa (CEAACP/UAlg)

Paula André (DINÂMIA'CET-ISCTE / Iscte- Instituto Universitário de Lisboa)

Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UE)

Raimundo Bambó Naya (EINA / UNIZAR)

Rodrigo Santos de Faria (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)

Sérgio Barreiros Proença (CIAUD/FAUL)

Património Cultural e Direitos Humanos: Primeiras Considerações

Inês de Carvalho Costa

CITCEM/FLUP

up201507976@up.pt

Maria Leonor Botelho

DCTP/FLUP e CITCEM/FLUP

mlbotelho@letras.up.pt

Resumo

Nos primórdios dos anos 2000, foram vários os autores que alertaram para a falta de produção teórica acerca da relação entre Património Cultural e Direitos Humanos. Embora a literatura sobre cada um destes tópicos seja bastante extensa, a sua correlação carece de aprofundamento e de um estudo holístico, que congregue o máximo de subtemas inerentes à matéria e que os explore de forma crítica e multidimensional. Motivo pelo qual nos decidimos dedicar à temática durante o Doutoramento em Estudos do Património, na variante de História da Arte, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Atualmente, o assunto vem a ganhar uma atenção redobrada, graças a uma tendência internacional de ver na Arte, na Cultura e no Património Cultural, instrumentos e processos com potencial para mitigar problemas sociais. Neste paradigma, exigem-se novas metodologias, formas de investigar e atuar em Património que sejam socialmente comprometidas, mais democráticas e humanizadas. A sua identificação e exame é o principal objetivo do nosso projeto de Doutoramento, que se concentrará na realidade Ibero-Americana e, mais concretamente, em Portugal e no Brasil. Partindo destas premissas, procurou-se refletir sobre os motivos por detrás da seleção do tema, como é que o pretendemos abordar, qual o Estado da Arte acerca da matéria e quais os subtópicos que lhe estão associados. Ainda a propósito do Estado da Arte, para o presente ensaio propõe-se uma análise sumária de alguns instrumentos normativos internacionais e estudos que consideramos relevantes numa primeira etapa da pesquisa.

Em suma, reconhecemos neste ensaio um espaço exploratório daqueles que são os primeiros passos do nosso futuro trabalho. Este visa criar espaço para a discussão do programa, para a sua melhoria e, em última análise, para o arranque de um estudo que se quer, em si mesmo, colaborativo.

Palavras-chave

Anos 2000, Património Cultural e Direitos Humanos, Metodologias e Ações, Estado da Arte, Subtemas.

Nível zero – Escolha do Tema

“Investigar ou não investigar?” é uma pergunta à qual raramente se procura responder quando se vê definido “O que estudar?”. Quando a dúvida surge, tende a ser tardiamente, quando o trabalho já vai adiantado. No entanto, existem temas que, pela sua sensibilidade, exigem que esta questão constitua em si própria uma parte significativa da análise. Quando nos debruçamos sobre esta interrogação, logo surgem outras que lhe são indissociáveis: “Porquê estudar?”, “Para quê”, “Quando”, “Onde” e “Como”. Mais, existem temáticas que nos forçam a refletir no “Para quem” e, principalmente, no “Por quem” será feita a investigação. Assim acontece com o Património Cultural na sua relação com os Direitos Humanos, tema sobre o qual nos vamos debruçar ao longo do Doutoramento em Estudos do Património, variante de História de Arte, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Optámos por apelidar este subcapítulo de “nível zero”, exatamente porque consideramos que este serve de fundamento a toda a reflexão que iremos produzir futuramente.

O que estudar? Não raramente, a seleção de um tópico de pesquisa é fruto de uma combinação de fatores externos e de propensões individuais. Determinados temas vão-se enraizando despercebidamente até se tornarem incontornáveis e imperativos, tal como sucede com a ligação entre Património Cultural e Direitos Humanos. Porquê? Nos últimos anos, vimos a dedicar a nossa pesquisa, maioritariamente, ao Património Mundial em Risco¹. A análise documental, os casos de estudo com que nos deparamos² e a observação de acontecimentos contemporâneos orientaram a nossa atenção para questões complexas do ponto de vista sociocultural. A generalização do discurso de ódio, o esbater dos ideais democráticos, a ascensão da extrema-direita e o progressivo recuo em termos de Direitos Humanos foram alguns dos gatilhos que contribuíram para a nossa inquietação. Nesta conjuntura, apercebemo-nos de que o Património Cultural é cada vez mais politizado³, continua a servir de utensílio para a promoção da dignidade humana, mas também para a sua subversão⁴, mais ou menos camuflada.

Face a esta conjuntura, arrogámos como própria a defesa dos Direitos Humanos que, tal como Helaine Silverman e Fairchild Ruggles, julgamos ser uma das nossas responsabilidades enquanto investigadoras⁵. Portanto, para quê estudar este tema? Primeiro, para aprofundar e expandir o conhecimento existente acerca da matéria, para o divulgar e democratizar, também fora do círculo académico. Segundo, para contribuir

¹COSTA, Inês – **O Sentimento de Perda. Património Mundial: Casos de Estudo dos Principais Riscos para os Bens Culturais**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, 225. Dissertação de Mestrado.

²COSTA, Inês – World Heritage in Danger: Case Studies about some of the risks that threaten Cultural Sites. In CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; OLENDER, Marcos eds. – **World Heritage Patinas: Actions, Alerts and Risks**. Cham: Springer, 2021. 281-304.

³VRDOLJAK, Ana Filipa - Unravelling the cradle of civilization ‘layer by layer’: Iraq, its peoples and cultural heritage. In LANGFIELD, Michele, LOGAN, William, CRAITH, Máiréad eds – **Cultural Diversity, Heritage, and Human Rights: Intersections in theory and practice**. London: Routledge, 2010. 65-82.

⁴LOGAN, William – Closing Pandora’s Box: Human Rights Conundrums in Cultural Heritage Protection. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007. 33-52.

⁵SILVERMAN & RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007, 7.

ativamente para a defesa dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, colocar o Património no centro da promoção da paz, da igualdade, da justiça, do diálogo intercultural, da solidariedade cultural, da cooperação internacional e do empoderamento das comunidades.

Uma vez determinadas as motivações por detrás do estudo, é preciso proceder à definição dos limites temporais do mesmo, ou seja, o “Quando”. A seleção dos anos 2000 como barreira cronológica parece-nos adequada, não só porque permite colmatar as lacunas teóricas existentes acerca do assunto, como nos consente desenvolver uma “História do Presente” que pode ser do interesse de um público mais alargado. Relativamente aos limites geográficos da pesquisa, optámos por restringir-nos ao contexto Ibero-Americano, com o intuito de trazer a debate a produção de conhecimento que é feita na Península Ibérica e na América do Sul, no segundo caso com especial ênfase no Brasil. Esta escolha não é inocente. Durante o Mestrado em História de Arte, Património e Cultura Visual da FLUP, tivemos a oportunidade de conviver com inúmeros estudantes e docentes provenientes do Brasil. O seu espírito crítico e a sua sensibilidade influíram em muito o nosso percurso. Desses contactos constatámos que alguns dos tópicos que são abordados em território brasileiro ainda oferecem “resistência” em contexto português, de que são exemplo a descolonização do património⁶, o seu uso para fins políticos⁷ ou a restituição de obras de arte⁸. Estas problemáticas interessam ao nosso estudo. Portanto, acreditamos que esta investigação pode ajudar à consciencialização e consideração de outras formas, menos eurocêntricas, de pensar o Património.

Para quem? Considerando a natureza do tema e os objetivos do projeto, entende-se que este se destina a diferentes tipologias de público. Assume-se desde logo que o tópico interessa à Academia, por ser pouco teorizado, por acompanhar as mais recentes tendências internacionais no que toca ao universo patrimonial e por trazer para o meio científico um projeto com potencial impacto para a sociedade civil. O mesmo é válido para os diferentes atores do Património cuja conduta deve ter em consideração as tensões existentes, por exemplo, entre direitos individuais e de grupo, soberania nacional e pressões internacionais⁹, narrativas oficiais e minoritárias¹⁰. Abre-se um parêntesis para referir que a crescente exigência por processos participativos obriga os profissionais do Património a assumir uma postura facilitadora durante experiências que envolvam grupos culturais distintos, o que reforça a pertinência do nosso projeto. Paralelamente, acredita-se que este é um assunto com potencial para ser levado à esfera pública, com o intuito de empoderar as comunidades em questões de Património

⁶HARTENTHAL, Mariana – Collaborative and Defiant: Artists Confront the Museum. Art and Human Rights International Conference, Lisboa, 20/05/2021. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

⁷CHRISTOFOLETTI, Rodrigo, OLENDER, Marcos eds. – **World Heritage Patinas: Actions, alerts, and risks**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2021.

⁸BARKAN, Elazar – Genes and Burkas: Predicaments of Human Rights and Cultural Rights. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007. 184-200.

⁹BENAVIDES, O. Hugo – Historical disruptions in Ecuador: Reproducing and Indian Past in Latin America. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007. 132-143.

¹⁰ORSER, Charles – Transnational Diaspora and Rights of Heritage. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007. 92-105.

Cultural e Direitos Humanos, de forma a combater a iliteracia cultural e a fomentar sociedades mais inclusivas. A maneira como pretendemos levar a problemática a um público mais alargado será abordada mais adiante, no “nível um”.

O ponto anterior remete-nos para as perguntas mais desafiantes deste “nível zero”. Por quem é feita a investigação? Atualmente, testemunha-se no campo Patrimonial uma procura por uma maior representatividade geográfica¹¹, pela inclusão de vozes e perspectivas que não perpetuem a hegemonia europeia e norte-americana acerca da matéria¹². Neste sentido, reconhecemos os privilégios de que, como investigadoras europeias, acabamos por beneficiar. De facto, esta constatação obrigou-nos a pensar se devíamos ou não avançar com a investigação o que, por sua vez, determinou o formato do projeto proposto. Depois de consultarmos diversos colegas sobre o assunto e de ponderarmos as suas opiniões, por vezes divergentes, chegámos a uma ilação. Acreditamos que a relação do Património Cultural com os Direitos Humanos não é um assunto exclusivo de nenhum território ou grupo cultural e que, tal como sucede com outros temas, o seu estudo pode constituir não só um caminho para a compreensão e diálogo entre povos, como contra a repetição dos erros do passado. Apesar de sabermos que a nossa perspectiva terá necessariamente um cunho europeu, queremos transformar o nosso projeto num suporte para a divulgação de outras abordagens, por exemplo sul-americanas, cuja riqueza consideramos ainda não ser devidamente reconhecida em contexto português. Todavia, por não querermos cair no erro de entrar em realidades que, pela nossa juventude, experiência e origem, não nos são totalmente compreensíveis, optámos por ter como objetos de estudo as ações e metodologias patrimoniais que veem a ser desenvolvidas em contexto Ibero-Americano, ao longo dos anos 2000.

Como vamos dar corpo a este conceito é a questão que vamos desenvolver no próximo subcapítulo, ou “nível um”, que será dedicado à nota metodológica. No “nível dois” iremos apresentar um breve Estado da Arte, que remete para as primeiras fontes e referências a consultar acerca do assunto. Posteriormente, iremos fazer um primeiro levantamento dos subtemas que poderão vir a integrar o projeto de Doutoramento, com o propósito de organizar ideias e encontrar eventuais tópicos em falha.

Nível um – Nota Metodológica

O tema do Património Cultural na sua ligação com os Direitos Humanos pede uma abordagem teórico-prática, fundada numa análise crítica, prismática e com valor prospetivo. Como tal, crê-se que a investigação deve ser dividida em seis grandes etapas: uma análise documental, de estudos de caso, a concretização de ações de terreno, o estabelecimento de redes, a divulgação e democratização do conhecimento adquirido. No que diz respeito à análise documental, esta implica a procura, seleção e leitura crítica da doutrina internacional em questão de Direitos Humanos, Património Cultural e o exame de estudos, artigos científicos e publicações periódicas acerca da sua

¹¹BROWN, Tokie – UBUNTU: I am because we are. However far the stream flows, it never forgets its source. Our World Heritage Webinars Session 18: Heritage of the marginalized, Online, 17/06/2021. Online: Our World Heritage.

¹²CARVALHO, Edgard – Religação dos saberes e educação do futuro. In COELHO, Teixeira org. – **Cultura e Educação**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011, 29-42.

correlação. Primeiro num contexto geral e, posteriormente, tendo como foco o panorama Ibero-Americano dos anos 2000. Atendendo à vasta produção teórica existente sobre cada um destes tópicos, a primeira fase do projeto requiere métodos de organização e sistematização do conhecimento, pelo que recorreremos à realização de fichas de leitura que organizámos por temáticas num dossier de investigação. Nesta etapa estabelecem-se também algumas das limitações da pesquisa, nomeadamente, pela incapacidade de ler noutros idiomas que não o inglês, o português, o francês e o italiano.

A segunda componente do projeto de Doutoramento implica a análise de casos de estudo em que o Património Cultural tenha concorrido para a defesa ou ameaça dos Direitos Humanos. Neste estágio da pesquisa, iremos concentrar-nos predominantemente na realidade Ibero-Americana, tendo como objeto as ações e metodologias patrimoniais que estão a ser desenvolvidas nesses territórios, desde o início dos anos 2000. Para tal, será preciso pesquisar, selecionar e analisar criticamente diferentes iniciativas e abordagens, o que poderá resultar na proposta de outras metodologias e formas de atuar em Património. Para este ensaio ainda não serão determinados os casos de estudo a tratar, no entanto, a sua escolha terá em consideração os princípios da representatividade geográfica e da diversidade cultural. Esta fase é igualmente relevante para a futura realização de ações de terreno, por exemplo, em parceria com organizações não governamentais ou unidades de investigação Ibero-Americanas. Apesar de ser demasiado cedo para definir que iniciativas serão realizadas, pensamos que seria interessante observar, participar, registar e refletir acerca de ações em que o Património contribuisse, a título de exemplo, para a inclusão social, para a igualdade de género e para a participação cívica.

Para que a concretização dessas experiências seja exequível é necessário contactar diversas entidades internacionais, estabelecer redes de pesquisa e futuras colaborações. Esta tarefa implica participar em encontros científicos, apresentar o projeto a instituições de pesquisa externas, debatê-lo com outros investigadores e definir quais as unidades de acolhimento com quem iremos cooperar. Numa fase mais avançada, estas ligações podem ser reforçadas através da organização de eventos académicos conjuntos, de períodos de intercâmbio ou de publicações coletivas. O que nos remete para a questão da divulgação do conhecimento que, no nosso projeto, prevê a publicação de artigos em revistas com arbitragem científica, a realização de comunicações em eventos internacionais, a realização de formações complementares e a seleção do idioma em que será realizada a tese propriamente dita.

Apesar do recorte Ibero-Americano se coadunar com uma tese redigida em português acreditamos que, do ponto de vista académico, o inglês favorece a difusão da investigação a outros territórios. Porém, no decurso do Doutoramento, pretendemos realizar artigos e ações junto de comunidades lusófonas, de modo a levar o tema a públicos distintos. A última vertente do projeto é, exatamente, a da democratização do conhecimento. Para tal, pensamos que seria útil publicar artigos em jornais locais e digitais, para facilitar o acesso à informação a pessoas de diferentes faixas etárias, níveis de formação e grupos culturais distintos. Em adição, pretendemos planear e implementar ações práticas com diversas comunidades, para fomentar o diálogo intercultural e a aprendizagem ao longo da vida.

Apesar de vir a ser avaliado de forma individual, queremos que o nosso projeto seja socialmente comprometido e que transporte para o formato de tese uma vertente colaborativa. Mas em que consiste uma investigação socialmente comprometida? Segundo Wang et. al, esta metodologia acarreta: a cooperação, envolvimento, debate e experiências imersivas numa ou mais etapas do processo de pesquisa, da formulação de questões à apresentação de resultados. Segundo o autor, esta abordagem visa promover a participação do público, de modo a transformar positivamente os intervenientes, as comunidades e a sociedade¹³. Como podemos aplicar este conceito ao nosso programa de Doutoramento? Ainda não temos uma solução definitiva, no entanto, pensamos que seria curioso organizar *workshops* e oficinas criativas em que o tema e a investigação fossem debatidos para, posteriormente, os resultados dessas mesmas discussões serem partilhados na tese, sob a forma de testemunhos, ideias ou contribuições artísticas elaboradas pelos participantes.

Por fim, o cunho colaborativo que queremos imprimir ao projeto exige uma ponderação das questões éticas que o mesmo levanta. Por exemplo, caso sejam incluídos na tese depoimentos, pareceres ou produções artísticas resultantes dessa cooperação, teremos de assegurar a privacidade dos participantes (versus) a justa menção das suas contribuições e atentar para possíveis consequências nocivas que esta colaboração lhes possam trazer. A mesma reflexão terá de ser feita, acerca da possibilidade de a nossa investigação ser utilizada para fins nefastos.

Nível dois - Estado da Arte

Ao longo dos anos 2000, foram diversos os autores que atentaram para a lacuna teórica referente à ligação entre Património Cultural e Direitos Humanos. As primeiras chamadas de atenção para o facto de este ser um campo pouco teorizado, vieram sobretudo do contexto norte-americano, graças a autoras como Fairchild Ruggles, Helaine Silverman¹⁴ e a instituições como o Smithsonian Institute. Desde então, que a investigação acerca do tema vem a alargar-se, apesar de permanecer discreta dentro dos Estudos Patrimoniais. As razões por detrás desta tendência não são totalmente claras, pelo que merecem uma futura reflexão mais cuidada. De facto, seria interessante perceber por que motivo é que os investigadores não se dedicam de forma mais assídua ao assunto. A este propósito, Silverman e Ruggles afirmam que a complexidade da matéria e a panóplia de subtemas que esta reúne derivam em abordagens predominantemente fragmentadas¹⁵. A pluralidade da temática também exige uma aproximação interdisciplinar, o que dificulta a realização de um estudo individual, sem contributos diretos de múltiplos autores. Na mesma lógica e, ao longo do nosso Doutoramento, pretendemos explorar a hipótese de que a natureza política do tema e o medo do relativismo cultural, podem estar na base de uma falta de interesse pelo mesmo.

¹³WANG, Qingchun; COEMANS, Sara; SIEGESMUND, Richard; HANNES, Karin – Arts-based methods in socially engaged research practice: a classification framework. **Art/Research International: A Transdisciplinary Journal**. Canada: University of Alberta. 2, 2 (2017), 7.

¹⁴SILVERMAN, Helaine; RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007, 7.

¹⁵SILVERMAN & RUGGLES: 2007, vi.

Se é certo que o Património Cultural e os Direitos Humanos são pouco explorados na sua relação, é igualmente verdade que cada um destes nichos é alvo de profícua reflexão, do ponto de vista individual. A doutrina internacional acerca de Direitos Humanos que influencia o pensamento contemporâneo transporta-nos, inevitavelmente, para meados do século passado. Ainda que a preocupação com a dignidade humana não tenha aparecido exclusivamente nesta cronologia, o rescaldo da Segunda Guerra Mundial proporcionou um esforço coletivo por parte dos Estados, sob o propósito de impedir futuros crimes contra indivíduos e, num sentido mais lato, contra a Humanidade. Neste panorama, é criada a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH, 1948)¹⁶ pela ONU. A Declaração em causa continua a ser o principal documento internacional acerca da matéria, apesar do seu conteúdo poder ser considerado desatualizado, por exemplo, no que concerne aos direitos das comunidades LGBTQIA+. O documento também não é aceite por todos os países do mundo, uma vez que as suas premissas são consideradas eurocêntricas e incompatíveis com algumas culturas. O que justifica a criação da *Declaração dos Direitos Humanos no Islão* (1990)¹⁷, pela Organização da Cooperação Islâmica, cujas divergências em relação à DUDH não serão aprofundadas por extravasarem os limites deste ensaio.

A DUDH estabelece ligações diretas com o Património Cultural. O Artigo 27º é relativo ao Direito de participação na vida cultural, de fruição da arte, dos avanços científicos e da proteção dos interesses individuais em questões de autoria. Uma das limitações do documento resulta do facto de este não prever eventuais conflitos entre células, ou seja, entre indivíduos, comunidades e Estado¹⁸. De forma a colmatar as fragilidades da DUDH, foram sendo produzidos outros documentos internacionais, de que realçamos o *Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos* (1966)¹⁹ e o *Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais* (1966)²⁰, da ONU. Os documentos em causa, avançam no sentido de garantir que os direitos individuais são inalienáveis. Contudo, estes falham em impedir a existência de choques entre grupos, por exemplo, em questões de autodeterminação e de universalidade. Este tópico é particularmente interessante não só porque remete para uma possível hierarquização de direitos, mas também porque abre o debate acerca da aplicabilidade destas normas²¹. A par dos tratados anteriormente referidos, destacamos ainda: a *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados* (1951)²², a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* (1965)²³, a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (1979)²⁴, a *Convenção sobre os Direitos da Criança* (1989)²⁵ e a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com*

¹⁶**Declaração Universal dos Direitos Humanos.** UNESCO, Paris, 1948.

¹⁷**Declaração dos Direitos Humanos no Islão.** Organização da Cooperação Islâmica, Cairo, 1990.

¹⁸SILVERMAN & RUGGLES: 2007, 4.

¹⁹**Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.** ONU, Paris, 1966.

²⁰**Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais.** ONU, Paris, 1966.

²¹SILVERMAN & RUGGLES: 2007, 4.

²²**Convenção relativa ao estatuto dos refugiados.** ONU, Paris, 1951.

²³**Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.** ONU, Paris, 1965.

²⁴**Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.** ONU, Paris, 1979.

²⁵**Convenção sobre os Direitos da Criança.** ONU, Paris, 1989.

Deficiência (2006)²⁶, da ONU. Recentemente a União Europeia também criou a *Carta dos Direitos Humanos na era digital* (2021)²⁷. Apesar de ter sido altamente criticada pelo seu potencial “restritivo”, a Carta constitui uma primeira tentativa de assegurar os direitos dos cidadãos na esfera virtual. Estes e outros documentos devem ser analisados de forma integrada, crítica e em concordância com os Protocolos que por vezes os complementam.

No que concerne ao Património Cultural, também é possível selecionar alguns dos documentos mais significativos para o nosso estudo. A *Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972)²⁸ da UNESCO é, até à data, o instrumento normativo internacional com maior reconhecimento no âmbito patrimonial. A Convenção teve um impacte sem precedentes ao congregar centenas de Estados sob a mesma missão. No documento reconhece-se o valor universal de cada cultura, das suas manifestações e a responsabilidade de cada Estado em preservar o seu património e o de outrem, sem lesar a soberania de outro país. No documento surge o conceito de valor universal excecional que justifica a inscrição dos Bens nas Listas da UNESCO e atesta a sua autenticidade, integridade e importância internacional. Na Convenção de 1972, o Património é visto como algo predominantemente material. Esta visão é depois expandida com a *Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003)²⁹. No documento, o conceito de património é alargado, passa a incluir práticas, expressões e saberes. Assim, passa a ser concebido como algo que pode ser incorporado e transmitido sem estar dependente de um suporte material. Daí resultam problemas éticos acerca do seu tratamento, salvaguarda, interpretação e comunicação que estão intimamente ligados à questão dos Direitos Humanos. Numa primeira fase da pesquisa consideramos igualmente úteis: a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2002)³⁰, a *Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005)³¹, a *Convenção Quadro de Faro* (2005)³² do Conselho da Europa acerca do Valor do Património Cultural para a Sociedade e a *Carta de Porto Santo* (2021)³³ da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, sobre *A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*.

Salvaguarda-se que a leitura destes documentos não substitui a consideração de normas produzidas por outras organizações, nomeadamente, em contexto Ibero-Americano. O mesmo é válido para outras tipologias de fontes e referências, como é o caso de obras de referência de que apresentamos uma primeira seleção: *Uses of Heritage* (2006)³⁴ de Laurajanne Smith; *Cultural Heritage and Human Rights* (2007)³⁵ de Helaine Silverman e Fairchild Ruggles; *Cultural Diversity, Heritage, and Human Rights: Intersections in*

²⁶ **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. ONU, Paris, 2006.

²⁷ **Carta dos Direitos Humanos na era digital**. União Europeia, Lisboa, 2021.

²⁸ **Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural**. UNESCO, Paris, 1972.

²⁹ **Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial**. UNESCO, Paris, 2003.

³⁰ **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. UNESCO, Paris, 2002.

³¹ **Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. UNESCO, Paris, 2005.

³² **Convenção Quadro de Faro**. Conselho da Europa, Faro, 2005.

³³ **Carta de Porto Santo**. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, Porto Santo, 2021.

³⁴ SMITH, Laurajanne – **Uses of Heritage**. United Kingdom: Routledge, 2006.

³⁵ SILVERMAN & RUGGLES: 2007.

theory and practice (2010)³⁶ de Langfield et al.; *Cultural Heritage in Transit: Intangible Rights as Human Rights* (2014)³⁷ de Deborah Kapchan; *Contested, Cultural Heritage: A Selective Historiography* (2011)³⁸ de Helaine Silverman; *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional* (2015)³⁹ de Flavio Piovesan e, finalmente, *Bens Culturais e Direitos Humanos* (2019)⁴⁰ de Inês Soares e Sandra Cureau. Da leitura destes estudos foi possível fazer um primeiro levantamento dos subtemas relacionados com a problemática do Património Cultural na sua relação com os Direitos Humanos. No próximo subcapítulo tentaremos elencar esses mesmos subtópicos, para perceber quais as temáticas em falta e os principais percursos de pesquisa.

Nível três – Levantamento de Subtemas

Uma das tarefas mais exigentes no que toca à investigação acerca do Património Cultural na sua ligação com os Direitos Humanos, passa pela identificação, organização e tratamento integrado dos subtópicos inerentes à problemática. Este é um trabalho contínuo, que não se encerra no primeiro estágio da pesquisa e que exige uma revisão constante. Após a realização de um primeiro Estado da Arte, selecionamos alguns desses subtemas que aqui pretendemos apresentar por ordem alfabética: acessibilidade conceptual, digital, económica e física; apropriação cultural; autenticidade; autodeterminação; autoria; comunicação; cooperação internacional; democratização do Património; descolonização do Património e da linguagem; destruição cultural; diáspora; diplomacia cultural; direitos civis, culturais, económicos, humanos, políticos e sociais; educação cultural, formal, informal e patrimonial; identidade pessoal, de grupo e nacional; igualdade de género; inclusão cultural e social; interpretação; liberdade de associação, expressão, reunião e liberdade religiosa; memória individual, de grupo e nacional; migrações; narrativas autorizadas, de exclusão, nacionais ou minoritárias; participação cívica; património contestado, em risco ou partilhado; reconhecimento; relações de poder; relativismo cultural; representatividade, falta de representação ou representação incorreta; resistência; restituição de Bens; sistemas de crenças, tradições e valores; solidariedade cultural; terrorismo cultural e universalismo.

Primeiras Considerações

Este ensaio pretendia ser um espaço exploratório. Nele encontrámos a plataforma ideal para nos dedicarmos a perguntas que, apesar de aparentemente simples, constituem os pilares da nossa pesquisa. Justificar a seleção do tema, pensar acerca dos seus possíveis tratamentos, fazer um breve Estado da Arte e um primeiro *brainstorming* acerca dos subtópicos associados à matéria contribuíram para retirar algumas ilações. Graças à presente reflexão, confirmou-se a existência de uma lacuna teórica acerca do tema do Património Cultural na sua relação com os Direitos Humanos e a ausência de um estudo

³⁶LANGFIELD, Michele, LOGAN, William, CRAITH, Máiréad – **Cultural Diversity, Heritage, and Human Rights: Intersections in theory and practice**. London: Routledge, 2010.

³⁷KAPCHAN, Deborah ed. – **Cultural Heritage in Transit: Intangible Rights as Human Rights**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

³⁸SILVERMAN, Helaine ed. – **Contested Cultural Heritage: A Selective Historiography**. New York: Springer International Publishing, 2011.

³⁹PIOVESAN, Flavio – **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

⁴⁰SOARES, Inês, CUREAU, Sandra – **Bens Culturais e Direitos Humanos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

holístico sobre o mesmo. Ademais, atestou-se que, apesar da sua evolução, a doutrina internacional tanto em questão de Direitos Humanos, como de Património Cultural, apresenta limitações e desafios que restringem o seu sucesso. Com base no atual panorama, em que o património é entendido como ferramenta e processo para a mitigação de desafios socioculturais, exigem-se metodologias, iniciativas e modos de investigar que sejam socialmente comprometidos, humanizados, mais democráticos e, acima de tudo, colaborativos. Neste primeiro estágio da pesquisa, fica por aprofundar o Estado da Arte, recolher e organizar outros subtemas inerentes à problemática e partir para a seleção dos casos de estudo.

Bibliografia

BARKAN, Elazar – Genes and Burkas: Predicaments of Human Rights and Cultural Rights. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007. 184-200.

BENAVIDES, O. Hugo – Historical disruptions in Ecuador: Reproducing and Indian Past in Latin America. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007. 132-143.

BROWN, Tokie – UBUNTU: I am because we are. However far the stream flows, it never forgets its source. **Our World Heritage Webinars Session 18: Heritage of the marginalized**, Online, 17/06/2021. Online: Our World Heritage.

Carta de Porto Santo. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, Porto Santo, 2021.

Carta dos Direitos Humanos na era digital. União Europeia, Lisboa, 2021.

CARVALHO, Edgard – Religação dos saberes e educação do futuro. In COELHO, Teixeira org. – **Cultura e Educação**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011, 29-42.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo, OLENDER, Marcos eds. – **World Heritage Patinas: Actions, alerts, and risks**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2021.

Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. UNESCO, Paris, 2005.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. ONU, Paris, 1965.

Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial. UNESCO, Paris, 2003.

Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural. UNESCO, Paris, 1972.

Convenção Quadro de Faro. Conselho da Europa, Faro, 2005.

Convenção relativa ao estatuto dos refugiados. ONU, Paris, 1951.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. ONU, Paris, 1979.

Convenção sobre os Direitos da Criança. ONU, Paris, 1989.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. ONU, Paris, 2006.

COSTA, Inês – **O Sentimento de Perda. Património Mundial: Casos de Estudo dos Principais Riscos para os Bens Culturais.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, 225 p. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Inês – World Heritage in Danger: Case Studies about some of the risks that threaten Cultural Sites. In CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; OLENDER, Marcos – **World Heritage Patinas: Actions, Alerts and Risks.** Cham: Springer, 2021. 281-304.

Declaração dos Direitos Humanos no Islão. Organização da Cooperação Islâmica, Cairo, 1990.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNESCO, Paris, 1948.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. UNESCO, Paris, 2002.

HARTENTHAL, Mariana – Collaborative and Defiant: Artists Confront the Museum. Art and Human Rights International Conference, Lisboa, 20/05/2021. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KAPCHAN, Deborah ed. – **Cultural Heritage in Transit: Intangible Rights as Human Rights.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

LANGFIELD, Michele, LOGAN, William, CRAITH, Máiréad – **Cultural Diversity, Heritage, and Human Rights: Intersections in theory and practice.** London: Routledge, 2010.

LOGAN, William – Closing Pandora's Box: Human Rights Conundrums in Cultural Heritage Protection. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights.** New York: Springer, 2007. 33-52.

ORSER, Charles – Transnational Diaspora and Rights of Heritage. In SILVERMAN, Helaine, RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights.** New York: Springer, 2007. 92-105.

Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais. ONU, Paris, 1966.

Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos. ONU, Paris, 1966.

PIOVESAN, Flavio – **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

SILVERMAN, Helaine ed. – **Contested Cultural Heritage: A Selective Historiography**. New York: Springer International Publishing, 2011.

SILVERMAN, Helaine; RUGGLES, Fairchild eds. – **Cultural Heritage and Human Rights**. New York: Springer, 2007, 7.

SMITH, Laurajanne – **Uses of Heritage**. United Kingdom: Routledge, 2006.

SOARES, Inês, CUREAU, Sandra – **Bens Culturais e Direitos Humanos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

VRDOLJAK, Ana Filipa - Unravelling the cradle of civilization ‘layer by layer’: Iraq, its peoples and cultural heritage. In LANGFIELD, Michele, LOGAN, William, CRAITH, Máiréad eds – **Cultural Diversity, Heritage, and Human Rights: Intersections in theory and practice**. London: Routledge, 2010. 65-82.

WANG, Qingchun; COEMANS, Sara; SIEGESMUND, Richard; HANNES, Karin – Arts-based methods in socially engaged research practice: a classification framework. **Art/Research International: A Transdisciplinary Journal**. Canada: University of Alberta. 2, 2 (2017), 7.